

INTERFERÊNCIAS DO BANCO MUNDIAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Aliandra Cristina Mesomo Lira ¹
Heloisa Toshie Irie Saito ²

RESUMO

Este texto tem como objetivo explicitar a atuação dos organismos internacionais na educação brasileira, mais especificamente do Banco Mundial. Discutir sobre o Banco Mundial e suas políticas educacionais dirigidas aos países em desenvolvimento, mais especificamente o Brasil, implica situar o contexto histórico e político do país e então compreender o surgimento do Banco e suas intenções. Ao identificar como nasceu o problema da ligação econômica e financeira entre a ajuda externa para o desenvolvimento e para a educação, da década de 50 em diante, podemos interpretar e compreender a atual política educacional brasileira.

Introdução

A fim de apontar as linhas de ação do Banco para a educação no Brasil e sua concepção educativa é necessário conhecer o contexto em que o mesmo surgiu e, também, os aspectos históricos e políticos dos últimos anos. Para tanto, é importante reconhecer e pensar a educação e a escola como integrantes de uma sociedade cujas regras estão pautadas no modelo capitalista/neoliberal, como colocam alguns autores, onde o ordenamento educacional é necessário para o convencimento e aceitação das reformas em todos os níveis.

Para essa análise, o texto está estruturado em quatro partes, que auxiliam numa compreensão mais linear do tema. Na primeira parte “A sociedade mundial e brasileira - o contexto histórico” apontamos dados históricos mundiais, partindo do início do século XX até o final da Segunda Guerra Mundial, momento em que surgem os organismos internacionais tratados neste trabalho. Num segundo momento intitulado “O surgimento do Banco e seus projetos no Brasil” destacamos aspectos da origem do Banco e suas intenções iniciais. Partindo da explicitação dessas propostas, numa terceira parte

¹ Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo, Brasil(2009) Professora da Universidade Estadual do Centro-Oeste , Brasil.

² Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo, Brasil(2010) professor não titular da Universidade Estadual de Maringá , Brasil

denominada “Características dos projetos e empréstimos - o sistema educacional”, abordamos mais diretamente os projetos voltados à educação no Brasil e suas implicações, finalizando com algumas reflexões acerca do assunto.

A SOCIEDADE MUNDIAL E BRASILEIRA - O CONTEXTO HISTÓRICO

No cenário mundial, no ano de 1939, o Reino Unido e a França declararam guerra à Alemanha após a invasão nazista na Polônia, iniciando assim a II Guerra Mundial. No ano de 1940 foi formado o Eixo, que consistiu num pacto entre Alemanha, Japão e Itália; já em 1941 os japoneses bombardearam a base naval de Pearl Harbor, no Havaí, forçando dessa forma a entrada dos Estados Unidos na guerra. Desse modo, definiram-se duas forças em conflito: de um lado os países do Eixo e, de outro, os Aliados - França, Reino Unido, Estados Unidos e URSS.

Nesta guerra, quase 50 milhões de pessoas morreram, cerca de 6 milhões de judeus foram exterminados em campos de concentração nazista e vários países foram destruídos. Com o objetivo de facilitar as operações financeiras de venda, troca ou compra de valores entre os países, no ano de 1944 foi realizada em New Hampshire (EUA) a conferência de Bretton Woods, a qual adotou o dólar norte-americano como base do sistema monetário mundial em substituição ao padrão ouro. Também nesta conferência foi criando o Fundo Monetário Internacional (FMI).

No ano de 1945, Adolf Hitler suicidou-se e após isso a Alemanha rendeu-se incondicionalmente aos Aliados. Além disso, com o lançamento das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki pelos EUA no Japão, este também rendeu-se, incondicionalmente, sendo vencedores da II Guerra Mundial os países Aliados.

Enquanto o mundo estava vivenciando a II Guerra Mundial, Getúlio Vargas estava governando o Brasil e, em 1942, cinco navios mercantes brasileiros foram torpedeados por submarinos alemães no litoral deixando 652 pessoas mortas. Após grandes manifestações populares, o Brasil declarou guerra à Alemanha e à Itália unindo-se aos países Aliados e, no ano de 1944, enviou o primeiro contingente de soldados - pracinhas da FEB- para lutar na Itália. O retorno dos soldados ao Brasil gerou grande entusiasmo popular e contribuiu para a democratização do país. Pode-se dizer que a estabilidade do regime ditatorial foi abalada pela entrada do país na guerra, pois a oposição ao Estado Novo cresceu entre intelectuais, estudantes, religiosos e empresários e Vargas perdeu o controle da situação.

Com o fim da II Guerra Mundial (1945), o presidente dos EUA Henry Truman, tendo como objetivo alargar a área de influência norte-americana no mundo estabeleceu a Doutrina Truman, que consistiu em uma série de medidas que orientaram a política externa dos EUA no pós-guerra. Além disso, com o objetivo de combater o avanço do comunismo, o mesmo presidente criou o Plano Marshal, que se firmou como um grande investimento financeiro

para recuperar as economias da Europa Ocidental devastadas pela guerra, consolidando assim as estruturas capitalistas no continente.

Pode-se afirmar que após a guerra, EUA e URSS disputaram a hegemonia planetária na Guerra Fria que se caracterizou numa batalha econômica, diplomática e tecnológica para a conquista de zonas de influência no mundo, que se encontrava dividido em dois blocos: o capitalista (liderado pelos EUA) e o socialista (comandado pela URSS). Isto provocou uma corrida armamentista que se estendeu por décadas e colocou a humanidade sob a ameaça de uma guerra nuclear.

Segundo Nogueira (1999), no final da primeira metade dos anos 40, com a possibilidade da derrota nazi-fascista, emerge como uma necessidade da promoção política e econômica da paz entre os países aliados, a noção de interdependência e a cooperação internacional para ajudar a reconstrução material e econômica da Europa Ocidental e dos países “menos desenvolvidos”. Estas propostas econômico-financeiras emergiram de autoridades norte-americanas e inglesas, visando a continuidade da lógica capitalista da acumulação:

Em face da instabilidade econômica, o consenso entre essas nações convergiu na urgência de se construir uma instância pública de decisão, capaz de coordenar e disciplinar os megapoderes privados. Assim, os Estados Nacionais deveriam propor e direcionar políticas públicas para a construção de um novo “ethos” econômico que compreendesse o desenvolvimento, a industrialização e o progresso social. (NOGUEIRA, 1999, p.26).

Antes de iniciar propriamente a discussão sobre o Banco Mundial e sua interferência no âmbito da educação brasileira é importante destacar a influência do contexto neoliberal na ação educacional. Isto porque a escola é o espelho da sociedade e acaba expressando os interesses da classe dominante, desdobrando-se em outras instituições, como por exemplo, o Banco Mundial. Neste sentido podemos inferir que o neoliberalismo é uma política ideológica que prega os ideais capitalistas, ou seja, o capitalismo disfarçado numa nova roupagem para revigorar os interesses do capital. Esta política exige uma educação que priorize pelo desenvolvimento de habilidades elementares no plano do conhecimento, para que o indivíduo tenha uma ilusão de competitividade na sociedade. Como afirma Frigotto (2002):

Trata-se de uma educação e formação que desenvolvam habilidades básicas no plano do conhecimento, das atitudes e dos valores, produzindo competências para gestão da qualidade, para a produtividade e competitividade e, conseqüentemente, para a “empregabilidade”. Todos estes parâmetros devem ser definidos no mundo produtivo, e portanto os intelectuais coletivos confiáveis deste novo conformismo são os organismos internacionais (Banco Mundial, OIT) e os organismos vinculados ao mundo produtivo de cada país. (p. 45)

Assim, o desafio se coloca no sentido de entender os processos de formação humana vinculados a esta nova realidade. É nesta ótica que se torna

imprescindível compreender a influência do Banco Mundial nas políticas educacionais mundiais e, neste caso em especial, nas do Brasil.

O SURGIMENTO DO BANCO E OS PROJETOS NO BRASIL

Em vista das crises capitalistas que atingiram os países desenvolvidos durante as guerras era necessário impor a ordem e a regulação econômica e financeira em todo o mundo através de uma nação líder, neste caso, os EUA inicialmente, e depois, o grupo dos países mais ricos do mundo (G7- EUA, Canadá, Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Japão).

Buscando um desenvolvimento econômico mais equilibrado e multilateral, em 1941, na Conferência do Atlântico, os norte-americanos começaram a esboçar as bases teórico-políticas as quais os países em desenvolvimento deveriam se submeter. As formas de controle político das nações capitalistas foram redefinidas com o surgimento do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento- BIRD (1944- Banco Mundial), do Fundo Monetário Internacional - FMI (1944), dentre outras organizações, agências e acordos. O BIRD, juntamente com o FMI, tinha como propósito inicial auxiliar os países europeus destruídos pela II Guerra Mundial. Num segundo momento, concluída a fase de reconstrução, foi necessário injetar dinheiro nos países auxiliados por estes organismos para elevar o nível de vida e, conseqüentemente, o mercado consumidor.

O campo da reconstrução das conseqüências da guerra ocupará principalmente o Banco proposto em seus primeiros dias. Mas assim que possível, e com uma ênfase crescente à medida que passe o tempo, tem um segundo dever principal para si: a saber, desenvolver os recursos e a capacidade produtiva do mundo, prestando especial atenção nos países menos desenvolvidos, para elevar o nível de vida e as condições de trabalho em todas as partes, para fazer dos recursos do mundo mais plenamente disponíveis para toda a humanidade. (GEORGE & SABELLI, 1944, p. 38; trad. por Francis M. G. Nogueira)

No início o BIRD era um Banco que financiava projetos de hidrelétricas e ferrovias. Um pouco mais tarde, nos anos 50, o BIRD e o FMI voltaram-se para monitorar o desenvolvimento do terceiro mundo. Depois da década de 60, em vista de mudanças estruturais que configuraram o crescimento da pobreza, o Banco passou a ter o objetivo de contê-la, o que significou inclusive diminuir o número de pobres. Portanto, de órgão financiador de projetos, voltou-se a políticas sociais para o terceiro mundo. Assim, o Banco chegou à educação porque passou de técnico a político. Seus projetos passaram a ter como embasamento um conceito educacional direcionado para o alívio da pobreza, para a contenção demográfica e para a universalização do ensino para os pobres através da educação primária.

No início dos anos 70 a ênfase era nos projetos de valorização do ensino profissionalizante e isso se expressou também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5692/71, funcionando como uma barreira para o ensino

superior. Contudo, esta estratégia não deu certo e, no final desta década, os interesses voltaram-se para o ensino fundamental (esta defesa e a valorização pelo Banco perdura até hoje). Com projetos voltados quase que exclusivamente para este nível de ensino, conjugavam-se e conjugam-se os interesses da agência internacional e da administração brasileira para o convencimento da população à aceitação cega de suas políticas.

De acordo com o BIRD, este trabalho deve ser realizado na educação fundamental porque nela pode-se preparar a população feminina para a aceitação das políticas de planejamento familiar, como também estimular a participação das mulheres (as quais recebem menos que os homens) no mercado de trabalho. Um outro fator de privilégio de projetos neste âmbito é que o BIRD encara este nível educacional como sendo a raiz dos problemas no Brasil e, portanto, entende que as mudanças devem acontecer nele.

Os projetos desenvolvidos entre 1970 e 1990 não foram eficazes, pois a estrutura do financiamento e a natureza da ação educativa eram incompatíveis (além dos projetos terem custado muito caro). Fonseca (1996) ressalta a importância de se perceber que o dinheiro dos projetos vindos do Banco não consistia em crédito e sim, em empréstimo do tipo convencional, com encargos e regras rígidas, com juros altos e muitas vezes despesas adicionais.

Tendo em vista a política educacional utilizada pelo Banco Mundial pode-se afirmar que os empréstimos do BIRD para o MEC são parte dos acordos comerciais. Mesmo o Brasil tendo consciência que os projetos não atingem todos os objetivos propostos, pelo contrário, só acarretam altas despesas adicionais, toma-os emprestado porque politicamente esses empréstimos são lucrativos, já que têm um período de carência, ou seja, os pagamentos são feitos anos depois, até em outras gestões. Um outro ponto é que o BIRD oferece cursos no exterior com todas as despesas pagas e também monitora os projetos.

CARACTERÍSTICAS DOS PROJETOS E EMPRÉSTIMOS - O SISTEMA EDUCACIONAL

Após a década de 90, outros acordos e financiamentos foram firmados e a realidade atual nos permite dizer que os objetivos do Banco e sua atuação continuam produzindo efeitos desastrosos, porém, com conseqüências muito mais profundas, pois seu poder de influência aumentou. Especificamente no Brasil a década de 90 é marcada pelo início desvelado de uma política neoliberal, alinhando-se ao processo de globalização mundial imposto, gerando inúmeras e graves seqüelas sociais. Neste universo, o Estado exime-se da obrigação de garantir os direitos primordiais à população, como a educação, saúde, empregos, entre outros.

Grandes campanhas nos meios de comunicação, com atores renomados e conteúdo apelativo de convencimento, vinculam-se e expressam veladamente os interesses do Estado e a política do Banco. Buscando um consenso nacional positivo, centrado na escola e na comunidade, espera-se

desta uma participação e um papel que substituem o governo. Neste horizonte, contudo, não desaparece o papel internacional e nacional de controlar, impor regras e supervisionar.

O que é válido ressaltar é que o BIRD empresta dinheiro para projetos específicos com os componentes já definidos e não para a educação como um todo, e que os países obrigam-se a realizar estudos e pesquisas para conseguir os empréstimos. Além disso, um acordo com o BIRD leva em torno de 5 a 10 anos para ser fechado, após várias visitas, cujas despesas ficam a cargo do país que deseja realizar o empréstimo. Após o acordo, o BIRD deposita a metade do valor e o país que receberá o empréstimo começa a pagar juros antes mesmo do projeto ser iniciado. Com o empréstimo, o ministro da Educação tem a função de formular, comunicar e implementar políticas; avaliar escolas e programas e oferecer assistência técnica aos governos locais, escolas e professores. Entretanto, estas ações podem ser prejudicadas por alguns aspectos:

O modelo educativo que nos propõe o BM é um modelo essencialmente escolar e um modelo escolar com duas grandes ausências: os professores e a pedagogia. Um modelo escolar configurado em torno de variáveis observáveis e quantificáveis, e que não comporta os aspectos especificamente qualitativos, ou seja, aqueles que não podem ser medidos mas que constituem, porém, a essência da educação. Um modelo educativo, por fim, que tem pouco de educativo. A virtual ausência do professorado na definição, discussão e tomada de decisões de política educativa termina por selar este discurso formulado por economistas para ser implementado por educadores. (TORRES, 1996, p.139)

Nesse sentido, percebe-se que a assistência técnica que o governo deve oferecer aos professores não acontece, já que nem mesmo estes participam da decisão da política educativa, o que evidencia o descaso pelo professorado, o qual é visto pelo Banco como a principal barreira à mudança na educação.

Outro aspecto que influencia o universo educacional na última década é o aumento das privatizações no setor, revelando um grande incentivo à proliferação de instituições particulares, principalmente no nível superior. A oferta deste nível de ensino com a criação de um sem número de faculdades no país, que por impossibilidades e mais por conivência do Ministério da Educação, acaba por não ser fiscalizada, por deixar nascer e persistir uma educação de má qualidade e cara. Além disso, as faculdades particulares aplicam muito pouco ou quase nada em pesquisas, um imprescindível campo a ser explorado pelos alunos e professores.

O fato do Banco Mundial e conseqüentemente do governo privilegiar e priorizar um maior investimento à educação fundamental merece algumas considerações e reflexões. A prioridade ao setor primário precisa ser entendida como política inerente à racionalização do sistema educativo, que é transformado e dirigido para atender a lógica do campo econômico, do mercado. Os projetos ficam, desta forma, subjugados à lógica do capital, em que o aluno é tratado como um cliente e a escola como uma empresa. Nesta

empresa-escola o importante é capacitar, dotar o indivíduo do conhecimento e das habilidades básicas - ler, escrever, contar -, somente. Abdicado da capacidade de pensar, de atuar como sujeito, o indivíduo não contestará o abuso do capital nem as diferenças causadas pela forma capitalista das relações sociais. Fonseca (2001) escreve sobre isto:

A educação contribui para o crescimento econômico através do incremento da atividade individual resultante da aquisição de aptidões e atitudes através da acumulação de conhecimentos. A contribuição da educação pode ser calculada por seu efeito na produtividade, que se mede comparando a diferença de renda das pessoas com e sem um determinado tipo de educação através do tempo, com o custo para a economia de produzir essa educação (p. 23).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando todas estas questões apresentadas, podemos perceber que ao invés de corrigir os problemas educacionais brasileiros, o Banco Mundial atuou e atua de forma negativa por ter em suas mãos a oportunidade de determinar as políticas educativas brasileiras de acordo com os seus próprios interesses. Isto significa que ele utiliza o campo educativo para fazer valer a lógica do campo econômico, ou seja, do mercado. E, para que isso seja possível, ele faz uso de uma política impositiva para fundamentar suas orientações básicas de forma a assegurar uma legitimidade científica, ao mesmo tempo que naturaliza o processo ao mostrar a importância da educação. Deste modo, consegue convencer a população de sua “boa e necessária” intervenção.

Quando percorremos os projetos financiados pelo Banco, no Brasil, em educação básica, fica evidente qual o peso específico que possui cada um desses empréstimos. Em primeiro lugar, a importância maior é dada à construção escolar. Em alguns estados, em alguns projetos, esse item “gasta” muito mais de 50% dos recursos. Em segundo lugar, vêm os livros e os materiais didáticos; em terceiro lugar os professores... O Brasil é um bom exemplo do que são as políticas do Banco. Primeiro o cimento; segundo o livro; terceiro o professor. É importante refletir sobre isso, pois, de fato estamos comprando um modelo pedagógico e não apenas um conjunto de empréstimos (FONSECA, 2001).

Para entender o alcance e o universo dos financiamentos externos para a educação brasileira foi necessário estabelecer a ligação entre os objetivos e o modelo econômico implantado e assumido pelo país. A vinculação entre desenvolvimento econômico e os projetos educacionais deveu-se à lógica neoliberal, orientada pelos organismos financeiros internacionais, dentre eles o Banco Mundial.

Fonseca (1996) chama a atenção para a necessidade de reavaliação dos programas a serem adotados, em vista dos resultados negativos apresentados

nos projetos anteriores, devendo os benefícios dos projetos responderem menos aos interesses do Banco e de determinados segmentos políticos e mais ao atendimento das necessidades do sistema de ensino do Brasil. Portanto, estas festejadas ajudas financeiras externas à educação brasileira precisam ser vistas com cautela e à luz da reflexão, já que atendem às exigências da reprodução do capital no âmbito mundial.

Na verdade, ao propor os projetos o Banco Mundial aponta “sugestões” de trabalho, que se configuram em imposições de regras e modelos a serem seguidos rigorosamente. Além disso, nos últimos anos a ênfase dos investimentos está direcionada a projetos que visam à avaliação e à quantificação da educação, deixando de lado questões mais importantes relativas à qualidade da educação, como por exemplo, a necessidade de projetos voltados para a formação de professores. Há um estímulo e uma preferência por valores como competição, avaliação, escolha dos melhores e incentivo ao privado. Tudo isso precisa ser entendido e analisado observando-se a forma de organização do Estado capitalista, pois a educação atende aos interesses sociais e está inserida na ótica social.

Diante disso, fica evidente a atuação negativa do BIRD na educação brasileira. Acreditamos que a escola deve ser um local em que a lógica do capital não deve prevalecer. Além disso, pensamos que ela deve ser um espaço que propicie o conhecimento e a reflexão, de modo a permitir aos alunos a compreensão da realidade e das relações sociais existentes na sociedade.

REFERÊNCIAS

FONSECA, M. **Minitextos**. 2001, fotocopiado.

FONSECA, M. O financiamento do Banco Mundial à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional. In: TOMMASI, L. DE; WARDE, M.J.; HADDAD, S. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

NOGUEIRA, F. M. G. **Ajuda externa para a educação brasileira**: da USAID ao Banco Mundial. Cascavel: EDUNIOESTE, 1999.